

Bolsa-escola no País pode começar a partir de 1997

A adoção de um projeto bolsa-escola em todos os municípios brasileiros com menos de 50 mil habitantes poderá acontecer no início do ano que vem, segundo previsão do autor do projeto, o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), vice-líder do Governo no Senado. "Se tudo correr bem, como imagino, o Congresso Nacional terá aprovado minha proposta até o final do ano", previu o senador, confiante de que não haverá polêmica em torno do assunto.

Apresentado no início de maio ao Senado, o projeto do vice-líder está tramitando na comissão de Assuntos Econômicos, onde houve um atraso, segundo o líder, por

causa da volta do senador José Serra ao Legislativo e a consequente saída de seu suplente, o senador Pedro Piva (PSDB-SP). Piva seria o relator do projeto e agora o nome mais cotado para a missão é o do senador Beni Veras (PSDB-CE).

A proposta de Arruda, inspirada no programa bolsa-escola criado pelo governador Cristovam Buarque, deverá beneficiar vários municípios das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste. A idéia é pagar a cada família, com renda global de no máximo 1,5 salário mínimo, o equivalente a 50% da cesta básica de alimentos (estimada em um salário mínimo) para manter as suas crianças de 7 a 14 anos na

escola. A bolsa atenderá no máximo três alunos por família.

A União pagará 50% dos custos do programa, ficando o restante por conta dos municípios, de acordo com a proposta do senador brasiliense, que justifica essa divisão de despesas para "evitar o desvio das verbas federais". Os cálculos iniciais da assessoria técnica do senador é de que sejam gastos R\$ 600 milhões por mês, o que equivaleria a cerca de dois terços do que custa hoje a repetência no primeiro grau, avalia Arruda. "Repetência gerada pela miséria, que obriga muitas crianças a trabalharem para ajudar na renda da família", conclui o senador.

MEC vai dar R\$ 280 milhões para o 1º grau

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC) dispõe de R\$ 280 milhões em recursos orçamentários para repassar, este ano, às escolas públicas de 1º grau, mediante convênios com prefeituras e secretarias estaduais de Educação.

Deste total, R\$ 250 milhões são para o Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental. É o chamado Programa de Repasse Direto de Recursos às Escolas, uma verba suplementar que serve para pequenos consertos na escola. O Secretário Executivo do FNDE, Barjas Negri, sugere que as escolas procurem os prefeitos municipais, para serem cadastradas nas Delegacias do MEC. Quem estiver cadastrado até o próximo dia 21, poderá firmar convênio com o FNDE. Em caso contrário, só poderá fazer novo convênio a partir de outubro.